

Alckmin desonera grandes empresas em bilhões de reais, mas PL 920 congela salários do funcionalismo!

O Projeto de Lei (PL) 920/2017 foi protocolado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) no dia 5/10, para ser deliberado em regime de urgência pela Assembleia Legislativa (Alesp). O PL 920 se baseia na renegociação da dívida do Estado de São Paulo com a União conforme a Lei Complementar Federal 156/2016: aceita as contrapartidas propostas pelo governo

Temer para ampliar o prazo de pagamento da dívida de São Paulo, limitando as despesas primárias do orçamento estadual por dois anos. Na prática, estas contrapartidas implicam o congelamento dos salários do funcionalismo público paulista, pela proibição de reajustes ao longo de dois anos, além de agravar a precarização do trabalho e dos serviços públicos, pois suspendem-se igualmente as contratações de novos funcionários. Basta ver a situação caótica e desesperadora do setor público do Rio de Janeiro, cujo governo estadual aderiu ao mesmo modelo (no caso, com o agravante da privatização da Cedae, empresa pública de água e esgotos).

O PL 920 permite, ainda, que a contribuição previdenciária dos funcionários públicos seja aumentada de 11% para 14%. Caso seja aprovado, a população também será prejudicada, em razão do congelamento de investimentos em saúde, segurança, transporte e educação. Diante desta perspectiva, no dia 10/11 servidores públicos de São Paulo se juntaram às paralisações nacionais contra as reformas de Temer e organizaram um protesto contra o PL 920 que chegou ao Palácio dos Bandeirantes.

O projeto de Alckmin é tão devastador, do ponto de vista social, que encontra resistência até mesmo na base governista na Alesp. Obviamente, caberá aos trabalhadores e às camadas mais pobres da população, que dependem dos serviços públicos, pagar pelas isenções fiscais. Isto fica evidente quando se sabe que, em junho deste ano, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-

Projeções de renúncia de receita para ICMS (em milhões de R\$)*							
	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	Variação 2018/2014
Arrecadação potencial	139.923	147.466	147.905	147.274	148.575	0,88%	6,18%
(-)Montante das desonerações	12.583	15.015	14.585	14.612	15.004	2,68%	19,24%
(=)Arrecadação prevista	127.340	132.452	133.320	132.663	133.571	0,68%	4,89%

*Adaptação de tabela elaborada pela assessoria da bancada do PT na Alesp

SP) não somente aprovou com ressalvas as contas estaduais de 2016, mas exigiu explicações sobre as desonerações fiscais praticadas pelo governo Alckmin.

Renúncia fiscal. No seu relatório, o conselheiro Antonio Roque Citadini, do TCE, apontou a ausência de dados sobre os incentivos e as renúncias fiscais nas contas do governador, o que descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Constatai uma informação simplista, na Lei de Diretrizes Orçamentárias [LDO], indicando que a renúncia fiscal em 2016 tem previsão de R\$ 15 bilhões. No relatório de fiscalização, porém, nenhum dado há sobre a matéria”, escreveu o relator Citadini. A maior parte dos impostos não cobrados pelo governo são aqueles devidos por grandes empresas.

“É preciso que o Tribunal fiscalize se é incentivo, imunidades ou outros”, prosseguiu Citadini no seu voto. “Quem recebeu renúncia deve aparecer o nome e sobrenome e o governo não informa por boa vontade. Informa só se é pressionado e obrigado e instado a informar. Se preferir, eles deixam isso na gaveta e este é um problema”, acusou. A Secretaria da Fazenda tergiversou, limitando-se a dizer que trabalha para atender às observações do TCE.

Porém, na Alesp, a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) pediu em 7/11 que seja suspensa a tramitação do julgamento das contas de 2016 do governador, até que o Estado esclareça as desonerações fiscais que concede. A ban-

cada petista havia requerido oficialmente ao Executivo, em 18/9, informações sobre as desonerações. O prazo legal de 30 dias esgotou-se sem que tenha havido resposta do governo estadual. Desse modo, a oposição conseguiu adiar por 15 dias a tramitação, na Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) da Alesp, do relatório de aprovação das contas do Estado.

Assim, a dura realidade das medidas previstas no PL 920 choca-se com a flagrante falta de transparência do governo Alckmin nas generosas benesses concedidas a grandes empresários. O sigilo e as maquiagens contábeis privilegiam o empresariado, em detrimento dos assalariados. “O governo Alckmin mostra o lado dele quando desonera para os mais ricos e congela salários, investimentos”, declara o deputado estadual João Paulo Rillo (PT). “Um exemplo é a manipulação orçamentária feita por ele, que usou dinheiro da Previdência como gasto em educação para alcançar os 30% constitucionais. Depois de questionarmos, ele retirou a Previdência e o investimento em educação chegou a 25%”.

Frente parlamentar. Outra iniciativa tomada pela oposição foi a criação de uma frente parlamentar na Alesp para investigar as desonerações de ICMS. O deputado estadual Raul Marcelo (PSOL) conseguiu reunir as 19 assinaturas necessárias, e a frente já conta, hoje, com a participação de 22 deputados estaduais. Seu objetivo inicial é desvendar o real teor das desonerações promovidas pelo

governo estadual.

“Queremos saber quais empresas são beneficiadas, se são as mesmas que estão na listas dos maiores devedores, se geram emprego, se estão investindo ou não. Precisamos de transparência e queremos exercer um controle social a partir da Alesp sobre essa forma indiscriminada das desonerações”, disse Raul Marcelo, lembrando que entre 2010 e 2016 as propostas de LDO determinaram a desoneração de nada menos que R\$ 92 bilhões de ICMS, sem que tenha havido transparência e controle social.

Nota técnica da bancada do PT sobre a LDO 2018 revela que a renúncia fiscal vem afetando fortemente o setor da educação: “A renúncia de receitas apresentará elevação significativa em 2018. Na série histórica, passará de 8,53% da arrecadação potencial em 2014 para 9,74% em 2018. Este aumento da renúncia de 2018 em relação a 2014 representará R\$ 2,4 bilhões a menos nos cofres estaduais, com impactos negativos sobre os repasses para as Universidades Estaduais (- R\$ 231 milhões), Educação (- R\$ 726 milhões), Fapesp (- R\$ 24 milhões) e Saúde (- R\$ 290 milhões)”.

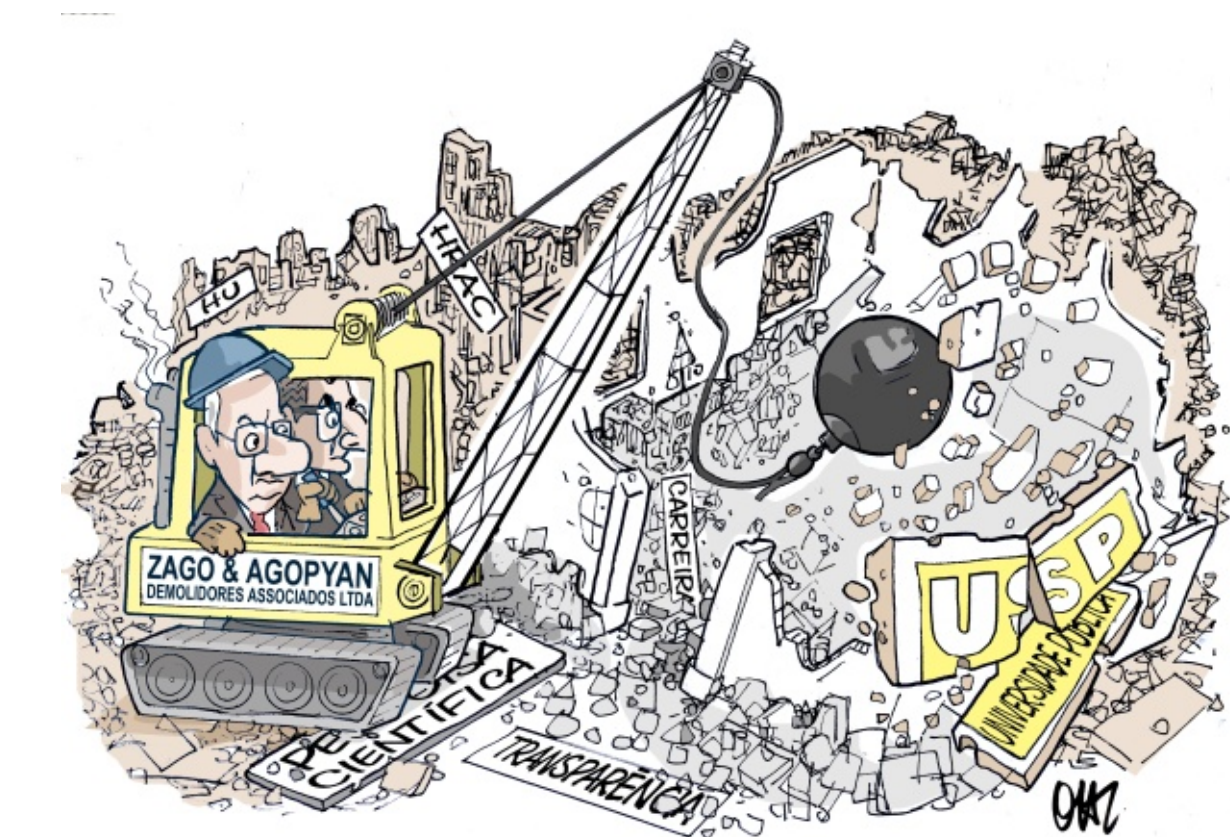
Ainda segundo a nota técnica, desde 2010 “o valor das desonerações cresceu R\$ 5,14 bilhões, reduzindo as verbas vinculadas para a Educação (-R\$ 1,54 bilhão) e para a Saúde (- R\$ 617 milhões), com destaque no primeiro grupo para as perdas das Universidades Estaduais (-R\$ 492 bilhões)”. O ICMS responde por quase 95% das desonerações (**vide tabela**).

Governador nomeia Vahan, como previsto

No dia 13/11, duas semanas após a eleição da lista tríplice pelo colégio eleitoral indireto, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), como se esperava, nomeou Vahan Agopyan (EP) e Antonio Carlos Hernandez (IFSC), da Chapa 1, como reitor e vice-reitor da USP na gestão 2018-2022. Desse modo, o projeto de desmonte e privatização da USP capitaneado pelo atual reitor M.A. Zago ganha sobrevida, apesar de fortemente rejeitado pela comunidade universitária, como ficou patente no processo eleitoral, particularmente na consulta realizada em 23/10 (<http://bit.ly/2D0W1j>).

Como já assinalado no *Informativo Adusp 443* (<http://bit.ly/2B0n74f>), a escolha do governador é coerente com seu apoio à política de M.A. Zago e seu vice Vahan — e conveniente, pois sabe que a nova gestão deverá se eximir de pressionar o governo estadual em busca do adequado financiamento das universidades públicas estaduais, sobretudo quando procura aprovar o PL 920/2017 (vide matéria de capa).

Ao noticiar a nomeação, o jornal *O Globo*, após lembrar que Vahan nasceu na Turquia, e que foi diretor da EP e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) antes de assumir como vice de M.A. Zago, atribuiu ao novo rei-



tor um papel destacado na política de “austeridade a qualquer preço” implantada na gestão que se encerra: “No cargo [de

vice-reitor], foi um dos principais responsáveis por reduzir os gastos da universidade, que vive os efeitos de uma crise finance-

ra” (<https://glo.bo/2jol1b5>).

A posse de Vahan e Hernandez está prevista para 25 de janeiro de 2018.

Para negar lista de alunos ao DCE, Poveda apoiou-se em parecer da Procuradoria Geral elaborado 5 meses antes

Como registrou o *Informativo Adusp 443*, a Reitoria se recusou a ceder cópia da lista de estudantes para o Diretório Central dos Estudantes-Livre “Alexandre Vannucchi Leme” organizar a sua eleição. A gestão M.A. Zago rompeu, assim, com uma prática que remonta aos anos 1990. Como de hábito, de modo a conferir algum verniz de legitimidade à arbitrária decisão, a Reitoria recorreu a um parecer da Procuradoria Geral (PG) desfavorável ao DCE.

Ocorre, porém, que esse parecer da PG, de número 01307/2017 (<http://bit.ly/2hVt8vw>) e citado pelo secretário geral Inácio Poveda no ofício SG/95, de 31/10/17 (<http://bit.ly/2hM8URe>), é de maio deste ano e refere-se a outro pedido do DCE. Na época, a entidade solicitou a lista dos alunos de graduação com a finalidade de encaminhar a eleição de delegados ao Congresso Nacional da UNE, e, diante da negativa da Reitoria, apresentou um pedido de reconsideração, sobre o qual a PG manifestou-se.

De autoria da procuradora-chefe substituta Valeska Bruzzi, o parecer da PG alega que não haveria mais “interesse público acadêmico” em fornecer a lista ao DCE desde a

aprovação da Resolução 7.265/16, por meio da qual modificou-se o artigo 222 do Regimento Geral da USP: foi instituído o voto eletrônico e a eleição de representantes discentes passou a ser conduzida pela Secretaria Geral, e não mais pelo DCE.

Pretexta, ademais, que a eleição de delegados “é atividade interna do DCE, não tangenciando as obrigações da Universidade de São Paulo que possam ser fundamentadas no artigo 222”. Alega, ainda, que “as informações solicitadas tratam das informações pessoais, cujo acesso é restrito”, e opina pelo indeferimento do pedido de reconsideração. Tudo isso, repita-se, diz respeito a outra solicitação, feita cinco meses antes.

Vale-tudo. Não bastasse o papel que a PG historicamente desempenha na USP, de avaliar todas as medidas políticas da administração, mesmo as mais absurdas, na atual gestão reitoral passou a vigorar uma espécie de vale-tudo, em que meras opiniões de procuradores emitidas por e-mail, bem como pareceres referentes a situações supostamente análogas, são utilizadas como válidas por autoridades universitárias pa-

ra dirimir dúvidas ou apoiar medidas desprovidas de amparo legal.

“O que me parece errado, independentemente do parecer da PG, é uma questão anterior a se é legal ou não, se tem interesse público ou não, se é sigiloso ou não fornecer a listagem de alunos ao DCE: mas o fato de a USP regulamentar em seu Regimento a forma de eleição dos alunos. Parece-me uma ingerência indevida na forma de organização da representação discente”, comenta a advogada Lara Lorena, responsável pelo Departamento Jurídico da Adusp.

“De qualquer forma”, prossegue ela, “divulgar o nome, a unidade dos alunos, não é informação pessoal”. A seu ver, a PG tem se alinhado à política emanada da Reitoria. “Há muito que a PG, na sua competência regimental, passou à defesa do ‘interesse da autarquia’ não como o interesse público, mas de acordo com a política institucional que define o que é o interesse da autarquia. ‘Zelar pela regularidade dos atos praticados pela Universidade’ tem sido praticado como defesa dos atos e interesses políticos circunstanciais da Universidade”, disse Lara, referindo-se aos incisos I e V do artigo 2º do Regimento Geral da USP.

“Nossa Voz” vence eleição do DCE

A chapa “Nossa Voz”, de oposição, venceu a eleição para o Diretório Central dos Estudantes-Livre “Alexandre Vannucchi Leme”, realizada nos dias 7, 8 e 9 de novembro. O total de votos válidos chegou a 6.521, com a participação de seis chapas. A situação, representada pela chapa “Pode chegar e não pára”, esteve à frente do DCE por sete anos consecutivos.

“Nossa Voz” obteve 4.325 votos, enquanto “Pode chegar e não pára” recebeu 1.517 votos, “Abstenção” 237, “Primavera nos Dentes” 228, “Embarca na Luta” 144, “Território Livre” 70.

Estudantes de Medicina e Enfermagem entram em greve por contratações no HU

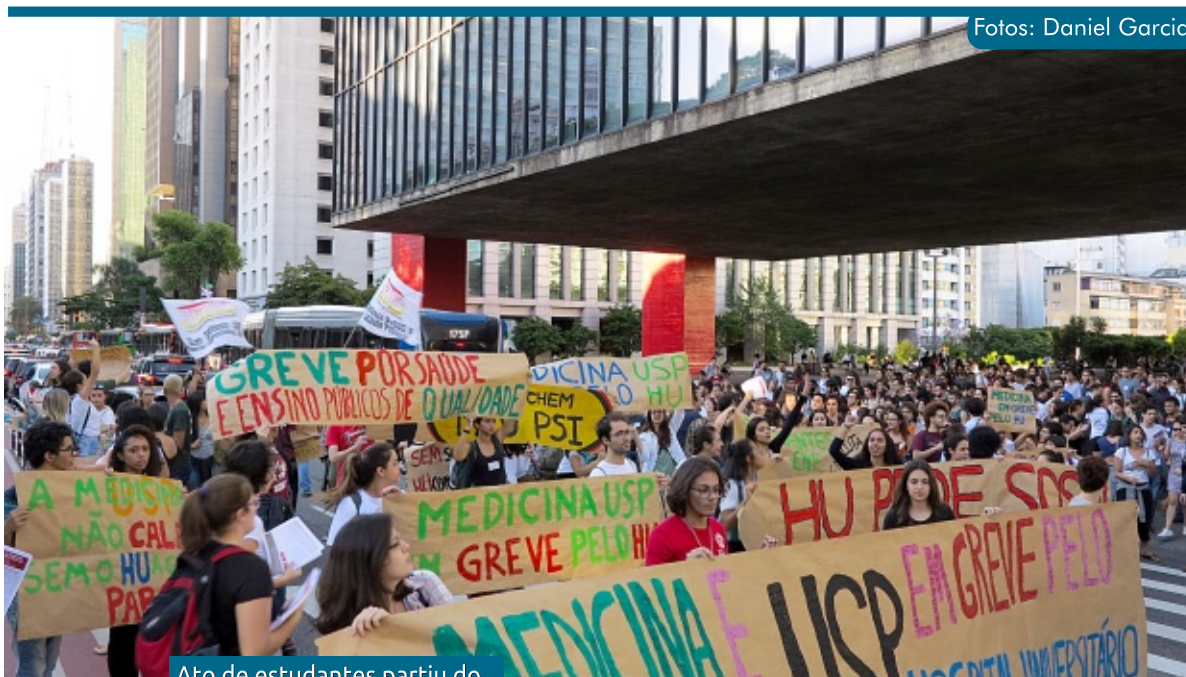
Reunidos em assembleia no dia 13/11, os estudantes da Faculdade de Medicina (FMUSP) decretaram greve em defesa do Hospital Universitário (HU), a primeira greve estudantil do curso desde a Ditadura Militar (1964-1985). No dia seguinte, os estudantes da Escola de Enfermagem (EEUSP) aderiram à greve.

A mobilização estudantil soma-se aos esforços do Coletivo Butantã na Luta, associação de moradores da região, que vem organizando a comunidade por meio de reuniões, abaixo-assinado e uma pesquisa de opinião. No dia 24/11, às 10 horas, o Coletivo realizará um ato no Portão da 3 da USP, que seguirá em direção ao hospital para “abraçá-lo” às 12 horas.

O HU vem enfrentando crescentes dificuldades desde 2014, com a posse do reitor M.A. Zago, inimigo declarado do hospital. A primeira edição do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) reduziu o quadro de funcionários em mais de 200 pessoas, dentre elas 18 médicos. Além de dificultar a escala de plantões do hospital e prejudicar o atendimento da população, a falta de contratações sobrecarregou a equipe restante, gerando mais pedidos de demissão.

“As demissões no HU comprometeram o funcionamento do hospital de tal modo que as pessoas que permaneceram ficaram sobrecarregadas, principalmente pela demanda de emergência. Isto fez com que muitas pessoas se demitissem do hospital, por conta do assédio institucional e pela exigência de cumprir a mesma demanda com menos profissionais”, explica o médico Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos (Simesp). “Isto causou uma baixa na autoestima de quem trabalhava lá, não é fácil trabalhar em uma instituição em que você é considerado dispensável”.

Estágio ameaçado. Maria Luiza Corullon, presidente do Centro Acadêmico de Medicina (CAOC), explica que o estopim para a greve estudantil foi risco de fechamento do Pronto Atendimento



Fotos: Daniel Garcia

Ato de estudantes partiu do Masp em direção à Faculdade de Medicina, no dia 21/11



(PA) de Pediatria. “A gente sabe que a situação do HU está delicada há muito tempo, desde 2014. Mas nessas últimas semanas tivemos a notícia que o PA de Pediatria corria o risco de fechar e que as escalas não estavam dando conta com os médicos que restaram após a demissão de uma última médica”, explica a presidente do CAOC. “A partir disso”, diz ela, diante da avaliação de que os alunos não teriam mais como exercer o estágio na Pediatria e de que a população seria privada deste PA, “entramos em greve nesta segunda-feira”.

Além de prejudicar o atendimento à população da Zona Oeste, a precarização do HU tem efeitos a longo prazo na formação profissional de estudantes dos cursos de Medicina, Enfermagem, Ciências Farmacêuticas, Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Nutrição. Segundos dados de 2012, o HU possibilitava, anualmente, que mais de 1.200 alunos destes cursos pudessem aprender suas práticas profissionais com a ajuda de equipes interdisciplinares.

“O HU é importante pela equipe multifuncional, porque tem uma representatividade importante,

com departamentos de cada área. Os cursos conseguem desenvolver suas pesquisas com autonomia, o que não se encontra em outros hospitais”, explica o estudante Glauber Almeida, membro do Centro Acadêmico de Enfermagem.

A Reitoria prometeu a contratação de médicos por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), porém os estudantes exigem a contratação de profissionais via USP. “Estas contratações que vão acontecer pela SMS garantem médicos só para assistência, então eles não têm vínculo com o ensino, o que é problemático”, afirma Maria Luiza. “Ou eles vão ensinar a gente ou vão ter que se desdobrar para fazer mais do que o trabalho determinado. Este contrato também seria feito por Organização Social [‘OS’, privada], e é complicado fazer isso com um hospital que até agora é 100% público”.

Disposição. No dia 14/11, os estudantes organizaram um ato que partiu do vão do MASP e caminhou em direção à FM, parando em frente à Secretaria de Saúde do Estado para exigir, em jargal, que o governo estadual se posici-

one frente à questão. A disposição de luta dos alunos de Medicina já havia ficado clara no dia 19/10, quando compareceram em grande número ao debate entre reitoráveis na FEA 5 e refutaram as alegações do então candidato Vahan Agopyan sobre o HU. Naquela ocasião, tendo Maria Luiza como porta-voz, anunciaram que entrariam em

greve caso a Reitoria não providenciasse as contratações reivindicadas (vide <http://bit.ly/2jzx71e>).

No entender da presidente do CAOC, o apoio da população, por meio do Coletivo Butantã na Luta, tem sido fundamental para a mobilização. “É a primeira vez que conseguimos de fato olhar e ver que a população está muito organizada. A gente falhou nas últimas vezes de não conseguir esse contato e desta vez eles estão do nosso lado, vieram no ato, estão participando de reuniões com a gente. Se a gente for resolver alguma coisa, vai ser com eles, pois afinal de contas a população faz parte do HU, eles são centrais na nossa luta”, afirmou Maria Luiza.

Gerson Salvador avalia que a greve liderada pelo CAOC faz o necessário contraponto a essa desvalorização dos profissionais de saúde. “O que os estudantes mostraram com este movimento tão bonito em favor do hospital, assim como os moradores que estão circulando pelas comunidades com um abaixo-assinado que chega a 20 mil assinaturas, é que nós não somos dispensáveis”, destaca.

“Não somos dispensáveis para o processo de formação deles nem para a população. Isto mostra que não estamos errados, estamos do lado certo. Quem está errada é a Reitoria da USP e o governo do Estado de São Paulo”, continua o diretor do Simesp. “Então este movimento dos estudantes nos dá um ânimo novo, para quem trabalha no hospital, e pode nos ajudar a superar a crise em que se encontra o HU. O Simesp apoia a greve dos estudantes de Medicina da USP”.

Proposta da COP de Diretrizes Orçamentárias para 2018 sofre fortes críticas no Co de 21/11

Documento é aprovado mas recebe diversos destaques, que serão votados em reunião extraordinária do Co convocada para 28/11

Na sua reunião de 21/11, o Conselho Universitário da USP (Co) aprovou a proposta de Diretrizes Orçamentárias para 2018 formulada, com aval da Reitoria, pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) (vide <http://bit.ly/2hKoX1E>). No entanto, as diretrizes propostas, que intensificam a política de “austeridade fiscal” da Reitoria, receberam fortes críticas das mais diversas unidades e representações. A primeira diretriz, “manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos”, foi a que suscitou o maior número de condenações. Assim, por exemplo, a professora Elisabete da Graça Saraiva, nova diretora do Instituto de Oceanografia (IO), considerou “chocante” a primeira diretriz.

Consequentemente, diversos destaques de mérito foram apresentados, entre os quais a supressão da primeira diretriz. O reitor,

alegando que se trata de “questões complexas que precisam ser analisadas pela COP”, recusou-se a votar os destaques em seguida à aprovação do documento, preferindo convocar uma reunião extraordinária do Co na manhã de 28/11, com a finalidade exclusiva de apreciá-los.

A situação trágica do Hospital Universitário (HU) serviu de ilustração para os graves problemas causados pela não reposição de pessoal e que, se implementada a primeira diretriz, poderão levar o hospital ao colapso. Foi o que destacou a professora Maria Madalena Leite, representante da Escola de Enfermagem (EE), ao fazer referência aos impactos negativos do fechamento do Pronto Atendimento (PA) Pediátrico do HU, ocorrido naquela data.

“A Congregação da EE defende que se realize um processo transparente de planejamento de insu-

mos, equipamentos e recursos humanos necessários ao HU”, disse a docente, destacando ser “necessária e urgente” a definição de uma política de recursos humanos para o hospital. “É imperativa a formulação de novas propostas” de reposição de pessoal, continuou, lembrando que o HU tem um déficit de 134 técnicos de enfermagem, 21 enfermeiras e 17 funcionários administrativos.

Bruno Sperb Rocha, representante dos funcionários no Co, declarou apoio à greve dos estudantes da Faculdade de Medicina (FM) e da EE — que realizavam um ato de protesto diante da Reitoria, precisamente contra o desmonte do HU — e acrescentou alguns relativos ao hospital, como o fechamento de 45% dos leitos da UTI e a redução de 45% nos atendimentos emergenciais de ginecologia. “Tudo isso porque não há funcionários para atender às pessoas. Esta Reitoria já chamou o HU de *penduricalho*, é como ela trata o hospital”, disse Rocha, que propôs a supressão da primeira diretriz.

O professor Marcos Magalhães,

representante do Instituto de Matemática e Estatística (IME), igualmente criticou a proposta de não reposição e pediu a sua supressão. Ao justificar, fez referência também à segunda diretriz — “Dependendo do comportamento do ICMS, contratação de 150 docentes”: “Não acho adequado se criar uma camisa de força de não contratação de funcionários de um lado, e de contratação de professores de outro”, explicou. Para ele, esse tipo de medida divide a USP, opondo professores a funcionários, o que considera inaceitável.

Além disso, o representante do IME propôs a inclusão da seguinte frase: “Pessoal e custeio devem ter o mesmo crescimento nominal”, isso porque “é preciso sinalizar com clareza que pessoal é importante na Universidade”. Magalhães propôs, ainda, a inclusão de uma nova diretriz: “Preenchimento de todas as vagas ociosas nas creches da USP”.

O documento da COP foi aprovado por 67 votos a 19, com oito abstenções.

Recurso de Gualano empata (40 a 40) e “voto de minerva” do reitor endossa parecer da CLR

A reunião do Co de 21/11 apreciou dois recursos de docentes contra decisões de suas respectivas congregações: do professor Bruno Gualano, da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE), e da professora Marilda Ginez de Lara, da Escola de Comunicações e Artes (ECA).

O primeiro recurso a ser apreciado foi o de Gualano, que buscava aprovar autorização para transferir-se da EEFE para a Faculdade de Medicina, para fugir ao ambiente de assédio moral na sua unidade de origem (vide <http://bit.ly/2hMly9b>). A Procuradoria Geral (PG) e a Comissão de Legislação e Recursos (CLR) emitiram pareceres contrários à pretensão do docente. O parecerista da CLR, professor Victor Wünsch, e o diretor da EEFE, Valmor Tricoli, manifestaram-se, procurando caracterizar o caso como um “desentendimento” entre docentes.

Tricoli negou haver perseguição ou “vista grossa” na EEFE. “Todas as denúncias estão sendo, ou foram, apuradas. O processo administrativo está em curso, ninguém pode dizer que houve assédio moral”, alegou. “Na ver-

dade o departamento [de Gualano] não é contra a transferência, mas contra a transferência sem permuta. Não há qualquer má-vontade com o professor Bruno”. Ele também negou que Lancha Jr. estivesse judicialmente afastado quando participou de reunião do departamento que vetou a transferência de Gualano: “Não procede. A Reitoria nos informou”.

Houve diversas intervenções em favor de Gualano. “Devemos reconhecer a excelente carreira do solicitante, que está sendo proibido de trabalhar”, declarou o professor Oswaldo Tanaka (FSP). “Sim, houve assédio moral. Não há nenhuma condição desse docente desenvolver um trabalho naquele ambiente”, acrescentou.

O professor Marcelo Ferreira (ICB), contestando a alegação da PG e da CLR de que não existe vício formal na decisão da Congregação, observou, referindo-se ao professor Lancha Jr.: “Não cabe a um coordenador de laboratório expulsar um colega. É completamente irregular do ponto de vista formal”. Ele propôs que o Departamento de

Biodinâmica do Movimento do Corpo Humano seja compensado com a abertura de vaga para um docente. “Precisamos salvar um colega altamente produtivo e competente de um assédio moral”.

O professor João Cyro (EP) foi à tribuna declarar ser inadmissível haver professores “donos de laboratórios” e pedir “celeridade” para o processo disciplinar contra Lancha Jr. sugerido pela Comissão de Sindicância.

Encerrado o extenso debate, o resultado da votação provocou surpresa: 40 votos a 40, com sete abstenções. Em vista do empate, o reitor, que se abstivera, proferiu o voto de minerva, optando por acompanhar o parecer da CLR e derrubando, assim, o recurso de Gualano. “Verão que eu me abstinu na votação porque não queria influenciar nela”, disse M.A. Zago. Agora, como reitor, eu vou votar a favor de não acatar o recurso, respeitando o Regimento da universidade. [...] E vou, juntamente com o futuro reitor, me comprometer a buscar uma solução do caso para a pessoa do professor Bruno”.

Último ponto de pauta da reunião, o recurso da professora Marilda não mereceu apreciação mais detida do Co. A professora contestava a homologação, pela Congregação da ECA, do resultado de concurso para Professor Titular no Departamento de Informação e Cultura, vencido pelo professor Eugenio Bucci, do Departamento de Jornalismo e Editoração (<http://bit.ly/2hJx5iZ>).

A CLR alegou que a Portaria 54/2015 da ECA, na qual se baseava o edital do concurso, não precisaria ser seguida pela banca. “O que prevalece é o Regimento Geral. Pouco importa essa Portaria”, declarou o professor José Rogério Tucci, presidente da CLR. O diretor da ECA, Eduardo Monteiro, também seguiu essa linha: “A Portaria interna estabelece um perfil desejável, mas não impõe nenhuma condição”.

De nada adiantaram as ponderações do professor Ferreira (ICB): “O edital é legal ou não? Candidatos deixaram de se inscrever em função das exigências da Portaria”. O recurso foi rejeitado por 67 votos a 3, com oito abstenções.

Mundo acadêmico manifesta apoio ao professor Sorrentino, da ESALQ

Na academia e na sociedade, multiplicam-se os apoios ao professor Marcos Sorrentino, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), de Piracicaba, alvo de uma Comissão de Sindicância criada a propósito de atividade de extensão universitária que promoveu com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O caso, divulgado pelo *Informativo Adusp* 443, vem obtendo grande repercussão fora da USP e, mesmo, fora do Brasil (<http://bit.ly/2zKDaG7>).

No dia 28/11, a partir das 17 horas, será realizada na unidade uma mesa redonda com o tema “Universidade a serviço da sociedade: reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e liberdade de expressão”. A iniciativa é das vinte entidades, movimentos sociais e grupos acadêmicos responsáveis pela organização da “Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária” (JURA), os quais acabam de divulgar uma Carta de Agradecimento “ao apoio à luta por uma Universidade dialógica e comprometida com toda a sociedade”, bem como “à discordância frente a sindicância aberta supostamente para apurar as responsabilidades na utilização do gramado central da ESALQ na realização de uma oficina, chamada de ‘lona preta’, sem um único dano ao gramado, onde integrantes do MST contavam sobre a realidade de viver sob barracos e da luta pela reforma agrária popular” (<http://bit.ly/2hKYVeP>).

Um dos primeiros a manifestar apoio a Sorrentino foi Hugh Lacey, professor emérito do Swarthmore College (EUA) e co-coordenador do Grupo de Trabalho na Agroecologia do Grupo de Estudos em Filosofia, História e Sociologia da Ciência do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), onde atuou como professor visitante em 2016. Em mensagem pessoal, Lacey elogiou o colega e o evento que organizou, o qual a seu ver “não só é relevante para a educação sobre a agroecologia e seus movimentos, mas também bem dentro dos limites da prática acadêmica normal que não precisa receber permissão explícita das autoridades da universidade”.

Outro que expressou repúdio à sindicância e “total solidariedade” ao professor da ESALQ foi o

professor emérito da Unicamp e pesquisador emérito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) Dermeval Saviani, que em e-mail enviado a Sorrentino afirmou que a administração daquela escola está ferindo “a ‘liberdade de cátedra’, prerrogativa constitucional assegurada a todo professor no exercício da função docente”.

Também a Associação de Pós Graduandos do Instituto de Energia e Ambiente (APG do IEE) enviou mensagem eletrônica ao professor Luiz Gustavo Nussio, diretor da ESALQ, na qual, além de comunicar seu apoio a Sorrentino, solicita o arquivamento da sindicância.

O Programa de Pós Graduação em Geografia Humana (PPGH-USP) e o Conselho do Departamento de Geografia manifestaram apoio ao professor Sorrentino e preocupação com a sindicância (<http://bit.ly/2iCngnU>).

O renomado professor português Boaventura de Souza Santos, diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, enviou um vídeo por meio do qual manda um “grande abraço” ao professor Sorrentino, “pelo trabalho extraordinário” de mostrar na prática a responsabilidade da universidade, e que “lamentavelmente as forças conservadoras querem disciplinar” (vide <http://bit.ly/2ALQ6IZ>).

Da Universidade de Victoria, no Canadá, chegou outro apoio expressivo ao docente da ESALQ, subscrito por um grupo de professores de Geografia, História, Antropologia e Estudos Hispânicos e Italianos. A seguir, a íntegra de algumas das manifestações por escrito.

Hugh Lacey. “Caro Professor Marcos Sorrentino: Estou escrevendo para expressar minha solidariedade neste momento em que você está sendo submetido à sindicância por organizar um evento acadêmico de que o MST participou. Conheço seus projetos de agroecologia que envolvem colaboração com o MST — você deu uma apresentação esclarecedora sobre esse assunto no seminário que organizei no IEA-USP em maio de 2016 — e é óbvio que contribui para aprofundar o entendimento da agroecologia dos alunos

levá-los a ter contato próximo com as práticas e perspectivas das organizações (como o MST) que apoiam o engajamento na agroecologia. O evento, que organizou na ESALQ e que é objeto da sindicância, não só é relevante para a educação sobre a agroecologia e seus movimentos, mas também bem dentro dos limites da prática acadêmica normal que não precisa receber permissão explícita das autoridades da universidade.

Espero que essa questão seja resolvida rapidamente e favoravelmente. Avise-me se seria útil para mim enviar uma comunicação aos diretores da ESALQ, ou se puder contribuir em qualquer outra maneira.

Abraço, Hugh Lacey”

Dermeval Saviani. “Prezado Prof. Marcos Sorrentino:

Na condição de Professor Emérito da Unicamp, Pesquisador Emérito do CNPq, Coordenador Geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisas ‘História, Sociedade e Educação no Brasil’ (HISTEDBR), Professor Colaborador Eventual da Escola Nacional Florestan Fernandes e como Patrono da 9ª Turma de Bacharelados e Licenciandos em Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, da USP, quero manifestar meu veemente repúdio e, conseqüentemente, minha total solidariedade diante do constrangimento que lhe está sendo imposto pela administração, ferindo sua autonomia e a ‘liberdade de cátedra’, prerrogativa constitucional assegurada a todo professor no exercício da função docente.

Com meu abraço, Dermeval Saviani”

Victoria (Canadá). “Nós, os abaixo-assinados da Universidade de Victoria, no Canadá, estamos escrevendo esta carta em apoio ao professor Marcos Sorrentino, professor da ESALQ em Piracicaba, Brasil, e diretor regional da Adusp. O professor Sorrentino é um líder internacionalmente reconhecido em pesquisa participativa e tem estado na vanguarda no enfrentamento de questões de justiça social e ambiental no Brasil. Ele tem longa experiência de pesquisa-ação com o movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil; o que levou a muitas oportunidades de aprendizagem interativas dentro e fora do *campus*.

Nós ouvimos que o professor Sorrentino foi recentemente convocado para uma sindicância por uma Comissão Especial criada pela administração da Universidade para investigar uma atividade acadêmica organizada em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre 17 e 20 de abril deste ano, o professor Sorrentino ajudou a organizar a quarta edição da ‘Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária’, juntamente com o Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA, ao qual pertence o professor Sorrentino), o Núcleo para apoiar a cultura e divulgação na educação e conservação ambiental (NACE PTECA/ESALQ) e com movimentos sociais, como o MST.

O professor Marcos Sorrentino é uma referência chave na América Latina para a educação ambiental. Ele tem mais de 30 anos de compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e sempre aplicou o diálogo e ações, projetos e iniciativas no campo da educação, incluindo a educação popular. Em apoio ao pensamento crítico e à pesquisa comunitária, expressamos nosso repúdio e maior preocupação com as formas de intimidação usadas contra aqueles que trabalham em universidades públicas com o compromisso social de refletir em parceria com movimentos sociais. Entendemos que esse tipo de compromisso universitário comunitário é crucial para a construção de uma sociedade melhor.”

Assinam: Prof. Budd Hall, UNESCO Chair in Community Based Research and Social Responsibility in Higher Education; Prof. Dr. Jutta Gutberlet, Dr. Crystal Tremblay, Dr. Bernard Henin (Department of Geography); Dr. Gabriela McBee, Dr. Dan Russek, Dr. Beatriz Alba Koch (Department of Hispanic and Italian Studies); Dr. Ana Maria Peredo (Environmental Studies); Dr. Margo Matwychuk (Department of Anthropology).

Docente sofre assédio institucional no ICMC

A professora Cynthia de Oliveira Lage Ferreira, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Carlos (ICMC), corre o risco de ser desligada do Regime de Dedicção Integral à Pesquisa e à Docência (RDIDP) depois que seu mais recente relatório de atividades, referente ao biênio 2015/2017 de estágio de experimentação, foi reprovado pelo Conselho do Departamento de Matemática Aplicada e Estatística (CD-SME).

A docente encaminhou um recurso (<http://bit.ly/2zdQzDH>) à Congregação da unidade, mas esta, além de rejeitar o recurso, aprovou proposta do diretor da unidade, Alexandre Nolasco, de sugerir à Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) que instaure um “processo administrativo para avaliação do desempenho da docente”, conforme registrado na ata da reunião que apreciou o caso, em 28/4/17 (<http://bit.ly/2iGsAXx>). Um dos pareceristas sugeriu que “uma alteração do regime de trabalho, para um regime em que o desenvolvimento de pesquisa represente uma parte menor, pudesse ser considerada”, o que obviamente implicaria redução salarial.

A professora Cynthia ingressou no ICMC em abril de 2013 e, após engravidar cerca de quatro meses depois, saiu de licença-maternidade em abril de 2014. Mesmo estando em licença maternidade, a docente foi obrigada a escrever seu relatório referente ao primeiro biênio de estágio experimental.

Durante este período a docente desenvolveu seus projetos de pesquisa (tendo projeto de pesquisa aprovado pela Fapesp) e de extensão, participou de comissões e orientou iniciações científicas. Embora não tenha tido publicações no período, continuou desenvolvendo suas pesquisas durante o período gestacional.

“Foi bastante complicado escrever um relatório estando com um bebê no colo. Na prática, estava escrevendo sobre apenas um ano de trabalho. Mais ainda, estava escrevendo sobre um ano não convencional. O que esperar de uma documentação produzida nestas condições?”, explicou ela em entrevista ao *Informativo Adusp*.

Dois anos depois, ao apresentar uma carta à Congregação do ICMC, Cynthia questionou as circunstâncias em que redigiu o seu primeiro relatório: “Não tem a licença-maternidade as mesmas prerrogati-



Professora
Cynthia Lage
Ferreira (ICMC)

vas de uma licença saúde?” “A USP não deseja ter mulheres como docentes? Não temos direito de constituir uma família?”

Críticas. Enviado a três pareceristas, esse primeiro relatório “recebeu críticas, mas foi aprovado pelo CD-SME em novembro de 2014”, segundo depoimento do chefe do Departamento, professor Gustavo Buscaglia, à Congregação. “A primeira aprovação do relatório resultou numa recomendação de apresentação de um novo relatório, para o período de 2015 a 2016. O processo foi encaminhado à CERT que aprovou o relatório e solicitou um novo relatório em dois anos”, isto é: a CERT emitiu parecer “com observação de refazer o relatório e o projeto de pesquisa”, segundo a ata da Congregação.

Para o professor Gustavo Buscaglia, chefe do departamento desde 2015, “pode-se ver que, na decisão do CD-SME, foi considerada a licença-maternidade usufruída pela professora, e que a solicitação de novo relatório após um ano foi de alguma maneira análoga a uma extensão do primeiro período de avaliação”.

A professora Cynthia exerceu seu direito de defesa e foi ao Conselho Departamental defender seu relatório do biênio 2013/2015. “É um absurdo o que aconteceu comigo lá. Além de um dos pareceristas escrever que, embora meu projeto de pesquisa fosse muito bom, não acreditava que eu tivesse capacidade de realizá-lo, outras coisas mais me foram ditas. Não as cito aqui por que não tenho como provar minhas afirmações. Infelizmente a USP não mantém registro de áudio de suas reuniões e suas atas não contêm transcrições completas das falas dos membros. Isso é um desrespeito ao parágrafo IV, do artigo 5

da Constituição Federal: ‘é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato’”.

O segundo relatório da professora, submetido em dezembro de 2015, foi novamente rejeitado pela maioria dos pareceristas e pelo CD-SME. Um terceiro relatório foi enviado em outubro de 2016, sobre as atividades realizadas pela professora entre 2015 e 2017, e novamente rejeitado pelo CD-SME, em março de 2017. Em abril, a Congregação rejeitou um recurso da professora, que solicitara um prazo maior para uma nova avaliação. Neste período, a professora novamente engravidou, e só voltará de sua nova licença-maternidade em fevereiro de 2018.

A avaliação ignorou a dificuldade causada pela interrupção do trabalho. “Toda vez que você retorna [de licença], é normal o trabalho ficar mais lento. Há um período de adaptação à nova condição familiar. Quando voltei da licença, em outubro de 2014, tive uma primeira negativa em relação ao trabalho. Desde então começaram as cobranças excessivas, que causaram um desgaste mental importante. Tenho convivido com insônia, crises de choro e taquicardia. Para mim, também, não é fácil expor esta situação de vulnerabilidade em público. Quero evitar que outros colegas passem pela mesma situação”, descreveu Cynthia.

Projetos de pesquisa. No recurso submetido à Congregação, a professora desmente a acusação de que não produziu academicamente: “Com relação à pesquisa, já tive projeto regular Fapesp aprovado (vigente entre 2013 e 2016), desenvolvo um projeto sobre Variedades Hiperbólicas em conjunto com um professor da UFSCar e estou trabalhando em uma colaboração internacional

com a Universidade do Porto junto com a professora Maria Luísa B. de Oliveira e o professor José Cuminato, ambos do SME. Estamos usando um método para resolver equações diferenciais ordinárias, a saber: o método TAU, para resolver um sistema de equações diferenciais ordinárias não lineares que modela a dinâmica do DNA *breathing*, o qual foi tema de estudo da minha tese de doutorado”. Observa ainda que “o trabalho com pesquisa é mais desafiador e produtivo quando envolve alunos de pós-graduação”, e que “logo que retornei da minha primeira licença, solicitei a orientação de um aluno de mestrado, que, no entanto, não foi permitida”.

Após observar uma falta de representatividade em nossos cursos de alunos provenientes de escolas públicas (sobretudo da região), Cynthia decidiu investigar a questão e desenvolveu o projeto de pesquisa “A matemática e o jovem: despertando múltiplas habilidades e talentos”. Voltado para alunos do ensino público, esse projeto organizou pesquisas e eventos em escolas da cidade com o objetivo de facilitar e aumentar o ingresso dos estudantes nos cursos do ICMC. “Além de compreender as razões e apontar possíveis ações para reverter esta situação, o objetivo deste trabalho com estudantes de ensino médio é descobrir vocações e talentos para Matemática e Estatística. O ensino público tem certa deficiência, mas esconde alunos que têm potencial para essa área, que não é muito conhecida”, diz. Os resultados da pesquisa foram tema de matéria no telejornal da EPTV, publicados no portal G1, e serão em breve submetidos a uma revista especializada.

“Minha leitura pessoal é que a produção em pesquisa da professora Cynthia foi considerada aquém dos padrões mínimos esperados pelos membros dos colegiados, ao ponto dessa insuficiência não ser compensada pelas outras atividades comprovadas. Mesmo hoje em dia, no Curriculum Lattes da professora aparece como último artigo científico publicado um trabalho de 2011, anterior à sua contratação na USP”, declarou o professor Buscaglia, em resposta a questionamentos que lhe foram encaminhados pelo *Informativo Adusp*.

Além de seus projetos de pesquisa, Cynthia se dedica a orientar

continua na página 7

Diretoria da Adusp visita ESALQ e FZEA

Nos dias 16 e 17/9 a Diretoria da Adusp visitou, respectivamente, os *campi* da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), em Pirassununga, e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), em Piracicaba. A iniciativa vincula-se ao planejamento da Diretoria, que busca intensificar o diálogo com a categoria docente. A delegação da Adusp foi composta pelos professores Rodrigo Ricupero, presidente, Cláudio Alvarenga, segundo-secretário, e Ciro Correia, coordenador do Departamento Jurídico.

As reuniões envolveram quinze professores em Pirassununga e cerca de vinte na ESALQ. As fotografias registram a conversa realizada no Anfiteatro do Pavilhão de Ciências Humanas da ESALQ, em 17/9, da qual participou também o diretor regional da Adusp, professor Marcos Sorrentino.

Compareceram a ambas as reuniões docentes com variados “tempos de casa” (desde recém-contratados a próximos da aposentadoria), que puderam apresentar suas preocupações em relação à nova avaliação do docente, à avaliação realizada pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e à aposentadoria. Relataram ainda sua insatisfação frente ao aumento da carga



Fotos: Paulo Lima

didática, dada a falta crescente de docentes, à imposição de férias e, de maneira geral, ao constante aumento de tarefas e às formas impositivas adotadas pela Reitoria nos mais variados aspectos da atividade docente.

Além de apresentar suas posições sobre os temas levantados, a Diretoria da Adusp expressou sua determinação de aproximar mais os colegas dos *campi* com a entidade, bem como facilitar o acesso dos sócios de Pirassununga e Pira-



cicaba ao atendimento do Departamento Jurídico.

A Diretoria planeja para 2018

um ciclo de visitas ao máximo possível de unidades da USP, tanto na capital como no interior.

continuação da página 6

alunos em projetos de iniciação científica e pré-iniciação. Também participou de diversas comissões, notadamente a Comissão de Cultura e Extensão, a Comissão Organizadora do Curso de Bacharelado em Matemática e a Comissão de Iniciação Científica do SME. “A iniciação científica é tida como um trabalho secundário. Pré-iniciação científica, então, neste ano de 2017, apenas o meu projeto foi proposto dentre todos os docentes do ICMC”, observa a professora que também organizou, junto com outros colegas, dois workshops de iniciação científica dos alunos do departamento nos anos de 2016 e 2017.

Indagado a respeito, o professor Buscaglia alega que os pareceristas e órgãos colegiados levaram em conta o conjunto da atuação profissional da docente, “incluindo ensino, pesquisa, extensão, gestão e internacionalização”.

Na opinião do professor Ozírde Manzoli Neto, também do ICMC, os colegiados deveriam ter aceita-

do os relatórios da professora, “mas os órgãos da USP não agem sempre de forma razoável”. Não se trata de episódio isolado, lembra. “Não é o primeiro caso, a USP tem feito várias dessas coisas. O Departamento é que influenciou a Congregação a fazer isso. O Departamento em tese sabe das dificuldades específicas”.

Estresse laboral. A diretoria da Adusp entende que as especificidades da situação da professora Cynthia, particularmente no tocante à licença-maternidade, não foram de fato levadas em consideração. A professora foi pressionada para apresentação de relatório enquanto gozava de licença-maternidade e lhe foi cobrada produtividade após um ano de permanência em atividade. Além disso, elaborou relatórios, ao longo de seus quatro anos de USP, anualmente ou referentes a um período de trabalho correspondente a um ano de atividade, tendo invariavelmente sido

cobrada de produtividade como um docente que não tem suas atividades interrompidas.

A decisão da Congregação de sugerir à CERT que instaure processo administrativo inaugura uma prática não utilizada pela USP que, até o momento, reservou esse procedimento para apuração de faltas graves e não para avaliação de desempenho. Esse é mais um caso exemplar de desrespeito à normas basilares que deveriam resguardar as relações de trabalho em uma instituição pública e de desatenção para as condições de vida das pessoas, o completo menoscabo da licença-maternidade.

É mais que sabido das interferências que a maternidade acarreta para todas as mulheres em relação aos diferentes papéis que desempenham na sociedade e está mais que estabelecida a necessidade de que lhes seja dada a devida proteção e segurança. A lógica opressora da USP, em sua saga produtivista, confunde capacida-

de, dedicação e compromisso com a onipresente “produção em série” de artigos científicos, e desumaniza o corpo docente e de funcionários técnico-administrativos nesses “tempos modernos” que retratam o retrocesso sem paralelo ora em curso.

Cresce o número de casos de docentes que procuram a Comissão de Atendimento aos Docentes da entidade por conta de opressões e desrespeitos análogos. Nesse cenário, merece destaque a postura ativa e coletivamente responsável de quem, como a professora Cynthia, vem a público denunciar o assédio institucional sofrido — que não lhe poupa sequer durante a vigência de sua licença-maternidade — e alerta para a necessidade de posicionamento individual e coletivo da categoria contra esse estado de coisas, que caminha a passos largos para o mais generalizado estado de opressão, inaceitável em qualquer ambiente de trabalho e, em particular, na USP.

Google “presenteia” USP. Comunidade desconfia

Novembro de 2017 marcou o final de migração do antigo sistema de e-mails USP para o servidor da Google, fruto da assinatura de um convênio entre a USP e a Google em novembro de 2016. Além da transferência dos e-mails, envolveu a cessão das ferramentas G Suite of Education para a comunidade USP, o que inclui serviços como o Google Drive (armazenamento de arquivos e editor de textos, planilhas e apresentações). Não foi necessária a abertura de licitação porque o convênio foi gratuito, aparentemente sem implicar custos à universidade.

A Reitoria afirma que serão economizados R\$ 6 milhões ao ano com o acordo. Entretanto, a obrigatoriedade da transferência de seus e-mails e a inexistência de discussões prévias com a comunidade universitária levantam dúvidas sobre este “presente” de uma das maiores empresas de tecnologia do mundo.

“Eu imagino que ela [Google] está querendo formar um mercado nesta área de educação”, disse o professor Márcio Moretto Ribeiro, do curso de Sistemas da Informação da Escolas de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP). “Ela está tentando vender o produto dele para outras universidades, e aí quer ter no portfólio dela a USP, que é uma universidade grande, importante e com respaldo público enorme. Daí terá agora a USP como cliente”.

De fato, a Google tem investido intensamente no setor educacional, inclusive na educação básica, em que aposta não só no uso do G Suite for Education pelos estudantes, mas também na distribuição e venda de seus computadores pessoais Chromebook. Chama atenção o artigo 9 do convênio, segundo o qual “a USP concorda que a Google poderá incluir o nome ou os Recursos de Marca do Cliente em uma lista de Clientes da Google, on-line ou em materiais promocionais”.

Outra consequência importante do acordo é a perda de autonomia da USP. “Quando a universidade tinha o controle sobre sua estrutura de e-mails, tinha a autonomia para definir sobre como administrar, que softwares serão usados, se vamos incentivar um determinado equipamento desenvolvido nacionalmente. Com a Google



Professor Márcio Moretto

controlando, temos menos autonomia para isso”, explicou Moretto ao *Informativo Adusp*.

O professor Sérgio Amadeu da Silveira, do curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC), também externa preocupações quanto ao impacto estratégico deste convênio para a ciência brasileira. “Todo o fluxo de informação da universidade, ou quase todo, vai ficar na mão da Google”, afirma. “O caminho da tecnologia e da ciência, para onde estão indo as intenções e tendências de um time de universidades brasileiras, se a Google tem isso, ela passa a ter uma capacidade de compreensão muito estratégica. É preciso analisar as consequências disso, a concentração em poucas corporações ao mesmo tempo que nós na universidade não temos este poder analítico. Fica complicadíssimo”.

Privacidade. “A preocupação maior em relação ao convênio é uma questão de privacidade, quem administra a rede de e-mails sempre tem acesso aos e-mails”, lembra Moretto, da EACH. No documento de Política de Privacidade para o G Suite for Education, a Google afirma coletar as seguintes informações dos usuários deste serviço: dados sobre o aparelho em que o serviço é usado (inclui o número de telefone, no caso de aparelhos móveis), dados sobre como o serviço foi utilizado, localização do usuário, cookies e tecnologias semelhantes (arquivos leves que gravam o navegador e as preferências do usuário). Tais informações são utilizadas pela empresa para “manter, proteger e melhorar seus serviços, desenvolver novos e proteger o Google



Professor Sérgio Amadeu

seus usuários”, mas também podem ser compartilhadas com “afiliados e outras pessoas e empresas de confiança para processar estas informações”.

O Google declara contratualmente que as informações coletadas pelo G Suite não serão utilizadas com fins publicitários. Entretanto, outros serviços, como a ferramenta de busca, serão usados para propaganda. Ou seja: se um usuário de e-mail USP estiver logado em sua conta e realizar uma pesquisa no buscador Google, este dado será gravado e usado para o direcionamento de publicidade.

Amadeu, entretanto, é enfático em afirmar que apenas o contrato não protegerá os usuários. “Em uma relação direta, se ela não cumprir o contrato, não tem como alguém saber. A Google integra uma corporação chamada Alphabet, que tem algumas empresas de tracking [personalização de anúncios por meio de dados pessoais]. Se a Google não vai acompanhar diretamente as informações, alguma outra empresa da Alphabet irá”, adverte o professor da UFABC, que é autor do livro *Software Livre: a luta pela Liberdade do Conhecimento* (2004). Em 2016, nos EUA, mais de 700 estudantes de universidades como Harvard e Berkley iniciaram um processo contra a Google por quebra dos termos de acordo ao ter interceptado o conteúdo de seus e-mails para fins publicitários.

Acesso interno. Outro problema suscitado pelo convênio é expresso no artigo 2 do convênio entre USP e Google: “Os administradores da USP poderão acessar, monitorar, usar ou divulgar os dados disponíveis para os Usuários

finais dentro das Contas de Usuário Final. A USP deverá receber e manter todos os consentimentos necessários dos Usuários Finais que permitam: (i) que a USP acesse, monitore, use e divulgue esses dados, o que será permitido pela Google, e (ii) que a Google forneça os Serviços”.

Ou seja: os funcionários e docentes da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI-USP) responsáveis por gerenciar o sistema de e-mails poderão ter acesso aos dados pessoais de seus usuários. Segundo o professor Moretto, “antes do convênio, tínhamos e-mails @usp, administrados em servidores na USP. Os funcionários que cuidavam do gerenciamento destas contas com certeza tinham acesso aos e-mails. Se eles liam os e-mails ou não, eu não sei, como não tem contrato não há garantia de que eles não estivessem lendo. Tecnicamente isso já era possível antes, talvez agora ficou mais fácil”.

Procuradas, nem a Google nem a STI responderam aos questionamentos do *Informativo Adusp* sobre a possibilidade atual de alguns de seus funcionários terem acesso não só ao conteúdo de e-mails de usuários, mas informações relativas às pesquisas pessoais e aos documentos armazenados no Google Drive. A STI também não divulgou termo de compromisso com a privacidade de seus usuários.

Por enquanto, aos usuários do e-mail USP preocupados com sua privacidade, só é disponibilizada uma opção: antes de entrar na sua conta de e-mail, clicar em “Controlar quais dos meus dados são enviados”. Não está claro quais dados, nem para quem, muito menos qual a real eficácia desta opção.